

POLÍTICA EXTERNA NA DIMENSÃO SUBNACIONAL: Um estudo sobre o fenômeno da Paradiplomacia e a Diplomacia Federativa na América do Sul e no México

Eixo temático: Regionalismos y análisis de política exterior

Thais Reyna Infanzón Vargas¹ - thaisriv@gmail.com
Rafael Corrêa Fonseca - rafaelc.fonseca88@gmail.com
Thiago Moreira Gonçalves - thiagom93@yahoo.com.br

Trabajo preparado para su presentación en el X Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, de la Asociación Latinoamericana de Ciencias Políticas (ALACIP), en coordinación con la Asociación Mexicana de Ciencias Políticas (AMECIP), organizado en colaboración con el Instituto Tecnológico de Estudios Superiores de Monterrey (ITESM), los días 31 de julio, 1, 2 y 3 de agosto de 2019.

Resumo

Este artigo indaga: “*Quais as características da inserção internacional de entes subnacionais sul-americanos e como seu desenvolvimento é estudado na análise de política externa?*” Analisa-se a inserção internacional de entes subnacionais, no âmbito estadual na América do Sul e no México, suas definições conceituais e a importância da interação do nível doméstico e internacional. Apresenta-se os trajetos metodológicos, dificuldades e escolhas usadas para responder o problema. Aponta-se que estas atividades têm se tornado cotidianas, resultantes de mudanças no nível internacional e doméstico. Ditas atividades, em alguns casos, são amparadas pelas constituições e possuem órgãos focados em assuntos internacionais. Finalmente as práticas paradiplomáticas e da Diplomacia Federativa carecem, em parte, de uma definição conceitual coesa e de indicadores específicos que permitam identificá-las.

Palavras-chave: Política Externa. Dimensão Subnacional. Paradiplomacia. Diplomacia Federativa. Relações Internacionais. Ciência Política. Sociologia. Metodologia. Pesquisa bibliográfica.

¹ Thais R. Infanzón Vargas, doutoranda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Rafael Corrêa Fonseca, mestre em Relações Internacionais pela PUC Minas e Thiago Moreira Gonçalves, mestrando em Relações Internacionais pela PUC Minas, bolsista da CAPES - Código de Financiamento 002. Membros do Centro de Estudos em Processos Decisórios em Política Externa e Internacional (CEPDE) da PUC Minas, grupo de pesquisa financiado pela FAPEMIG. Agradecimentos à coordenadora Fátima Anastasia e aos membros do grupo de pesquisa CEPDE, pelos comentários e sugestões para produção e apresentação deste trabalho.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 80, o mundo tem sido palco de mudanças importantes no âmbito doméstico e internacional. O processo de redemocratização e descentralização e a intensificação da internacionalização e interdependência são exemplos destas mudanças, que acarretaram o surgimento de novas práticas como a inserção e ação internacional de novos atores, entre eles entes governamentais subnacionais, como estados e municípios (Lima, 2000; Keohane, Nye, 1988; Keohane, Milner, 1996).

Ao longo destas últimas décadas, têm-se buscado explicar estas novas práticas assim como delimitá-las no campo acadêmico nas mais diferentes áreas, que vão desde a administração pública até o turismo e em áreas que lidam com eventos internacionais como a de Relações Internacionais (RI) em especial o subcampo Análise de Política Externa (APE). Neste último, no qual se desenvolve o presente artigo, as ações citadas são tratadas como resultantes da combinação de variáveis contextuais domésticas e sistêmicas.

A partir disto busca-se neste artigo observar estas ações na América do Sul e no México e como elas são definidas e delimitadas conceitualmente pela literatura acadêmica. Para a construção deste artigo foi realizada uma revisão bibliográfica sistemática sobre as ações desses atores, que será descrita na seção metodológica, explanando as escolhas e dificuldades encontradas nesta primeira etapa.

Assim, este trabalho encontra-se organizado da seguinte forma: A primeira seção aborda o contexto internacional, regional e doméstico que propiciaram o surgimento das práticas citados por parte dos entes subnacionais. A segunda, apresenta o percurso e as dificuldades metodológicas encontradas durante a pesquisa bibliográfica sobre a delimitação do fenômeno dentro da produção acadêmica. A terceira, evidencia como a produção acadêmica tem definido conceitualmente estas ações, baseado nos dados obtidos pela busca sistemática. A quarta seção apresenta o mapeamento das ações internacionais na América Sul e o México partir do recorte feito na seção três e finalmente apresentam-se nas conclusões os resultados da pesquisa e a agenda de pesquisa futura, em consonância com o defendido aqui sobre a fertilidade de tal campo.

1. Mudanças no contexto internacional, regional e doméstico

A observação das ações internacionais dos atores subnacionais, entendidas inicialmente como práticas paradiplomáticas, e a posterior expansão do campo, se deram por mudanças ocorridas no nível sistêmico que duplamente aumentaram a variedade de atores envolvidos na prática de Política Externa, escapando do tradicional papel central do Estado como discutido por Huntington (1973) e Putnam (2010), assim como também resultaram do entrelaçamento de diferentes níveis de análise e conexão de diferentes atores no âmbito nacional e internacional (Kuznetsov, 2015; Keohane, Nye, 1973; Keohane, Milner, 1996).

Segundo Kuznetsov (2015) a paradiplomacia é uma invenção do século XX, e ocorre como uma consequência natural da globalização e da releitura da noção tradicional do Estado soberano. A globalização, assim como a internacionalização, gerou uma grande mobilidade de bens, capitais e informação, que por sua vez geraram uma maior interdependência que acabou por erodir a distinção entre questões domésticas e internacionais (Kuznetsov, 2015; Keohane, Nye, 1973; Keohane, Milner, 1996). A divisão entre as responsabilidades do Estados e dos entes subnacionais foi alterada (Keating 1999,). “[T]he interaction between globalization and localization is now well recognized; it does not represent some unfathomable paradox but reflects the competing pressures and tensions created by a broader and more integrated global economy” (Hocking 1999, 18).

O avanço da internacionalização se deu, de acordo com Keohane e Milner (1996), graças às mudanças nas práticas comerciais e de fluxo de capital que se foram progressivamente se intensificando com o passar das décadas no período pós-guerra, notadamente após a década de 70 e 90, devido à fatores no nível sistêmico (Keohane, Milner; 1996), em consonância com o que é discutido Kuznetsov (2015). Os autores afirmam que “diferentes níveis de integração nos mercados mundiais podem influenciar o caráter das instituições políticas nacionais” (Keohane, Milner; 1996: 8 - 9), o que ajudaria não somente à compreender a emergência de novos atores como atores de política externa, como também a variação das práticas das ações para diplomáticas de país para país.

Em consonância com o que é discutido por Kuznetsov (2015) o estudo da paradiplomacia é de grande importância, especialmente em se considerando que a

complexidade do tema se mostra cada vez maior. De acordo com o autor um “obstáculo no caminho da compreensão teórica e da sistematização é o problema da definição e dos limites do conceito paradiplomacia como tal.” (Kuznetsov, 2015: 7). Isto pode ser atribuído às crescentes ações paradiplomáticas ao redor do mundo, evidenciando características específicas em cada país e sendo orientada por diferentes interesses, tais como as orientações econômicas, de cooperação técnica, de aproximação fronteiriça e até mesmo por uma aproximação linguística e identitária. Desta maneira, este novo fenômeno torna-se mais evidente mediante as práticas, mas conceitualmente torna-se mais amplo e complexo.

Nas últimas décadas, as ações internacionais dos atores subnacionais vêm ganhando maior destaque e juntamente com este processo surgem outras definições que buscam caracterizar estas práticas em países específicos a partir de um novo parâmetro, qual seja, o tipo de organização político-administrativa Federal. Especificamente, ressalta-se aqui o caso brasileiro, em vista de que os estudos referentes às ações dos entes subnacionais no âmbito internacional têm sido denominados como “diplomacia federativa”, em uma tentativa de contribuir na evolução do campo e de evitar possíveis confusões terminológicas.

Como mencionado anteriormente, as ações internacionais por parte dos novos atores, estados e municípios, foram influenciadas pela combinação de variáveis contextuais domésticas e internacionais. No que diz respeito ao contexto doméstico o processo de descentralização tornou-se uma ferramenta importante para o novo papel exercido por estes atores, dando a estes a possibilidade de ter graus de autonomia e atribuições em áreas específicas, em alguns casos, inclusive, permitindo mediante vias constitucionais a celebração de tratados internacionais (Lima, 2000; Anastasia, 2007; Rocha, Anastasia, 2009).

O processo de descentralização, encontra-se fortemente vinculado ao processo de redemocratização no caso da América Latina. Em países nos quais se instaurou regimes autoritários, o Estado torna-se centralizador das atividades e do processo decisório doméstico e internacional, assim como também limita a participação dos diferentes atores na produção de políticas públicas, centrando este tipo de atividades no papel do Estado. Desta forma, o processo de redemocratização juntamente com a retomada da descentralização busca garantir e ampliar a participação de todas esferas do Estado nas tomadas de decisão de cunho doméstico ou internacional (Lima, 2000; Anastasia, 2007; Rocha, Anastasia, 2009).

O exposto nessa seção demonstra a relevância da discussão sobre o tema no âmbito das Relações Internacionais. Considera-se de especial importância a questão conceitual, uma vez que a ampla gama terminológica acaba se tornando um entrave no avanço do subcampo de Análise de Política Externa. Em especial, as peculiaridades e a diversidade na ocorrência do fenômeno na América do Sul e do México, justificam a escolha deste recorte específico. Na próxima seção será explanado o caminho metodológico percorrido para a sistematização na busca dos dados para a construção da discussão aqui proposta.

2. Trajetos e dificuldades metodológicas

Esta seção apresenta as escolhas e dificuldades metodológicas encontradas durante a elaboração deste artigo, especificamente durante a etapa de pesquisa bibliográfica. O presente artigo tem como recorte geográfico a América do Sul e o México e buscava-se a partir deste, explorar as publicações acadêmicas feitas em diferentes revistas nacionais e internacionais. Uma das primeiras dificuldades foi a delimitar o uso das inúmeras publicações nas mais diversas áreas² e revistas acadêmicas nacionais e internacionais com diferentes graus de impacto científico. Dado este problema, optou-se por definir meios de busca que orientassem a pesquisa sistemática sobre o estudo dos fenômenos na América do Sul e no México.

O primeiro dispositivo foi a do periódico CAPES³, de forma específica o acesso remoto da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) a qual a PUC Minas tem acesso permitido para buscas acadêmicas. Neste, usou-se dois termos principais para a busca⁴, sendo estes, na versão em português “Paradiplomacia” e “Diplomacia Federativa” e, em língua inglesa, “Paradiplomacy” e “Federative Diplomacy”, permitindo uma filtragem preliminar. No caso da Diplomacia Federativa, é importante salientar que esta definição tem sido usada pela literatura para definir e delimitar a

² O objeto de estudo do artigo era de interesse de áreas específicas como a das Relações Internacionais e até mesmo áreas da administração pública e do turismo.

³ “O Portal de Periódicos da Capes é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta atualmente com um acervo de mais de 45 mil periódicos com texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.” (CAPES, 2019)

⁴ A escolha pelos dois termos se deu no contexto do grupo de pesquisa no qual este estudo está inserido. O termo paradiplomacia se justifica por ser o mais difundido na literatura. Já diplomacia federativa é o termo utilizado em diversas pesquisas sobre o fenômeno da diplomacia subnacional no Brasil.

ação internacional dos atores subnacionais no Brasil, às práticas e direcionamentos da diplomacia no âmbito subnacional. O termo e as práticas atribuídas ao fenômeno desenvolvido no Brasil, tem sido tomados como referência em países, como o México, que possuem um traço em comum com o Brasil no que diz respeito ao tipo de organização político-administrativa Federal, é por isso que o México entra no escopo se análise.

Além destes dois termos, foram selecionados filtros disponíveis no portal com o objetivo de otimizar a busca. A busca foi refinada por três critérios diferentes: mostrar somente “Periódicos revisados por pares”; tipo “artigo”; e idioma das publicações “espanhol, inglês e português”. Com isso, foram encontrados 394 resultados. Os resultados foram inseridos em uma base de dados de acordo com os dados mais importantes, como: nome de artigo, autor, revista de publicação, ISSN da revista e outros. Após a inserção na base de dados o número total de artigos passou a ser de 385, devido à eliminação de repetições e de resultados que não eram de fato artigos, como *issues*, *essays* e *reviews*.

Um segundo parâmetro empregado para chegar-se à compilação final dos artigos foi a qualidade e área da revista em que esses tinham sido publicadas. Como um primeiro parâmetro para se atestar a qualidade das publicações, utilizou-se o Qualis, sistema de indexação da plataforma CAPES, que qualifica as revistas por letras e números (C sendo o mais baixo e A1 o mais alto). Em um primeiro momento foi feita a pesquisa de todas as publicações, independentemente do nível ou área de concentração. No entanto, nem todas as revistas foram encontradas no sistema, ou seja, a indexação Qualis não foi suficiente para verificar a indexação de todos os artigos. Apenas 167 dos artigos listados haviam sido publicados em uma revista avaliada e indexada pelo Qualis.

De forma subsidiária e como referência internacional buscou-se o fator de impacto no Scimago Journal & Country Rank (SJCR) que varia de 0 a 10. A escolha destes dois meios se justifica pela insuficiência de utilização apenas do primeiro instrumento e, após a pesquisa, percebeu-se ainda uma divergência entre as plataformas sobre o fator de impacto ou relevância atribuídas às revistas acadêmicas. Após a busca restaram 327 artigos, isto é, 57 publicações estavam em revistas que não figuravam nem no sistema Qualis nem no SJCR.

Tendo em vista o escopo do presente artigo, isto é, os fenômenos de diplomacia no âmbito subnacional que ocorrem na América do Sul e no México,

selecionou-se aqueles artigos que tratavam sobre países dentro deste recorte geográfico. Com este recorte restaram 120 artigos.

Optou-se ainda por utilizar como critério de seleção sobre quais artigos seriam analisados o valor mínimo de B1 do sistema Qualis, isto é, permaneceram artigos publicados em revistas A1, A2 e B1. Como visto, ambos meios possuem critérios diferentes de avaliação das revistas, neste sentido, optou-se por estabelecer critérios através de uma proximidade de equivalência:

Quadro 1. Critérios de classificação QUALIS e Scimago

QUALIS	Scimago Journal & Country Rank
A1	0,6 >
A2	0,4 a 0,59
B1	0,2 a 0,39

Fonte: Elaboração própria

A tabela apresentada informa três qualificações de revistas nacionais e internacionais, consideradas de alto impacto no Brasil, da mesma forma buscou-se criar os mesmos parâmetros para Scimago Journal & Country Rank. Uma vez escolhidos estes parâmetros, o próximo passo que orientou este trabalho foi a busca pelas áreas específicas de conhecimento que estivessem dentro do campo de estudos do grupo de pesquisa. Neste sentido, a pesquisa dos termos delimitou-se a duas áreas temáticas: Relações Internacionais e Ciência Política⁵ e Sociologia e no caso da (SJCR) as áreas que correspondem a isso.

Para o recorte utilizou-se o critério “e/ou” tendo o Qualis como parâmetro principal. O artigo permaneceria dentro do recorte se a revista⁶ na qual foi publicado tivesse o Qualis B1 ou superior na área temática de “Ciência Política e Relações Internacionais” e/ou no de “Sociologia”. Portanto foram excluídos os artigos publicados em revistas B2 ou inferiores e de outras áreas temáticas. Subsidiariamente o mesmo modelo foi aplicado utilizando o SCIMAGO⁷ como parâmetro. Os artigos permaneceriam dentro do recorte se a revista na qual foi publicado tivesse o fator de

⁵ Consideradas como uma só pela Qualis.

⁶ A pesquisa por área foi feita usando o Qualis de 2013-2016, da plataforma SUCUPIRA.

⁷ A pesquisa do fator de impacto do SCIMAGO foi feita com base a avaliação de 2018.

impacto superior a 0.2 nas áreas temáticas de “Ciência Política e Relações Internacionais” e/ou no de “Sociologia”. Logo permaneceram os artigos que cumpriram um e/ou outros critérios.

Após aplicar este último recorte, restaram 47 artigos, que cumpriam todos os critérios supracitados. Interessante notar que ao aplicar o critério de fator de impacto e área temática, a seleção de artigos foi reduzida dos 120 iniciais para 43, sendo que 30 artigos não foram encontrados nem no Qualis nem no Scimago. Ou seja, do número total de artigos que foram encontrados, para 57 não foi possível estabelecer um fator de impacto de acordo com os critérios adotados. Destes 57 artigos, 30 abordavam temas dentro do recorte estabelecido nesta pesquisa.

Um último ponto que cabe aqui ressaltar é que os 43 artigos serão utilizados para a análise conceitual aqui proposta. No que diz respeito aos estudos de caso, outro recorte foi adotado, tendo em vista o escopo da pesquisa maior do qual este artigo faz parte. Como foi discutido acima o CEPDE realiza sua pesquisa sobre o âmbito subnacional brasileiro. No entanto, em tal projeto, somente são considerados estados. Portanto, apenas como forma de manter o paralelismo nas pesquisas, aqui também será adotado o mesmo recorte.

3. A evolução dos estudos da diplomacia no âmbito subnacional e as definições conceituais vigentes

De acordo com Kuznetsov (2015) atuação dos entes subnacionais, estados e municípios, em Política Externa passou a ser estudada no início dos anos 70, ainda que inicialmente o foco não era exatamente estes atores, e sim a miríade de novos participantes na política mundial tais como Organizações Internacionais, ONG's, entre outros. Ademais, o estudo era bastante restrito às atividades exercidas na América do Norte (Kuznetsov, 2015). Este campo de pesquisa teve novos ímpetus com o passar das décadas, especialmente após os adventos dos anos 90 - queda do Muro de Berlim, fim da Guerra Fria, criação da União Europeia e com aumento da interdependência e a internacionalização - que impulsionaram a pesquisa sobre as crescentes ações internacionais dos atores não estatais, definidas inicialmente como ações paradiplomáticas. Paralelamente a este processo, torna-se evidente a necessidade de considerar, nos estudos sobre política externa, a dimensão subnacional.

O “surgimento de uma sobreposição entre as questões de ‘política interna’ e ‘política externa’” (Kuznetsov, 2015: 35, tradução nossa), influenciou o avanço dos estudos sobre paradiplomacia, o que vai ao encontro do que é proposto por Putnam (2010) ao afirmar que a análise de política externa é mais completa quando feita levando-se em consideração os vários níveis envolvidos nesta, tais como nível doméstico (âmbito nacional e subnacional) e internacional.

A literatura da Ciência Política e Relações Internacionais, bem como de áreas correlatas, como a Sociologia, ao tratar sobre as atividades externas de unidades subnacionais utiliza diversos termos, os quais destacamos paradiplomacia e diplomacia federativa. Deste modo, a fim de caracterizar e diferenciar ambos os fenômenos e, portanto, responder nossa pergunta de partida, é importante mapear outros conceitos mobilizados pela literatura visando compreender a amplitude do tema e sua necessidade da sistematização, em busca de maior padronização e parcimônia na caracterização das atividades internacionais das unidades subnacionais.

A miríade de termos utilizados no estudo da diplomacia no âmbito subnacional foi tema de debate em trabalhos anteriores, como é o caso de Kuznetsov (2015). Em seu livro o autor busca unificar os conceitos, assim como criticar a utilização de outros. O autor considera que o melhor conceito sobre paradiplomacia foi criado por Duchacek (1990) por ser, segundo ele, um termo “guarda-chuva”, ou seja, que abarca diversas formas de realizar atividades externas no âmbito subnacional em um mesmo conceito. Por outro lado Kincaid (1990), por exemplo, inova ao trazer o conceito de “Constituent diplomacy” e explana que não existe uma terminologia sedimentada na área para caracterizar as atividades diplomáticas de governos subnacionais, sua opção seria por um termo descritivo neutro “um que evita a implicação de que as atividades do constituinte os governos são necessariamente inferiores, auxiliares ou suplementares à “alta política” da diplomacia do Estado-nação.” (Kincaid, 1990:74, tradução nossa).

As atividades paradiplomáticas são descritas pela literatura de diferentes formas, como exemplo Barros (2009, p. 19), faz uma definição *lato sensu* e usa a expressão “atuação internacional dos governos não-centrais”. Perpétuo (2010, p. 18) define estas ações como “atuação internacional dos governos não centrais” ou “inserção internacional dos governos não-centrais”. Por sua vez, Vigevani (2004, p. 27) trabalha com a expressão “participação internacional e regional das unidades subnacionais”. Em todas elas se faz referência a atuação dos diferentes atores no

âmbito subnacional, dos quais se destacam os estados e os municípios. As atividades externas empreendidas por estes podem ter diferentes motivações, desde a busca pelo desenvolvimento regional, até a proximidade fronteiriça ou linguística.

Assim como também estas atividades nem sempre podem estar alinhadas com os interesses no âmbito nacional, podem divergir e até ter motivações separatistas, quando isto se torna evidente, a literatura define estas divergências como o exercício da “protodiplomacia”.

Nas últimas décadas, a literatura brasileira tem se aprofundado nos estudos sobre as ações externas nos entes subnacionais e tem definido estas ações dentro do arranjo federal como atividades da diplomacia federativa. Este termo tem sido usado para caracterizar estas práticas no caso brasileiro, mas também tem sido usada no estudo de caso mexicano, organizado da mesma forma que o Brasil mediante o arranjo federal (Vigevani, 2006; Bañuelos, 2011; Stren, Friendly, 2017; Setzer, 2015; Medeiros, 2010).

Sobre esta definição Rodrigues (2008), ressalta que a criação do termo “diplomacia federativa”, como uma nova denominação ao termo paradiplomacia, foi utilizada pelo Itamaraty pela primeira vez em 1995. Deste modo, o fato do termo ser amplamente utilizado nos estudos sobre o Brasil foi o que motivou sua utilização na discussão conceitual deste artigo. No entanto, cabe ressaltar que ao analisar os textos, pode-se perceber que fazer uma análise preliminar contrapondo diplomacia federativa e paradiplomacia com o intuito de buscar diferenças entre eles, é infrutífero, uma vez que, o que foi constatado mediante a busca sistematizada aqui realizada que os termos são utilizados a princípio como sinônimos. Medeiros (2010), inclusive, irá criticar a utilização deste termo, pois, segundo o autor, ao discorrer sobre a diplomacia subnacional no caso brasileiro:

[L]o que se verifica es un fenómeno de desconcentración de la diplomacia brasileña que viene siendo denominado, equívocamente, de diplomacia federativa. Se dice que «equívocamente» ya que la idea de federalización encierra la noción de múltiples arenas decisorias de poder, en cuanto la desconcentración remite –exactamente– al mero ejercicio de delegación, cuyo grado de reversibilidad depende única y exclusivamente del agente detentor de poder, que es el agente central. (Medeiros, 2010:176)

O termo mais utilizado nos trabalhos aqui pesquisado, assim como em outros trabalhos na literatura especializada, é o de paradiplomacia, e tem como principais expoentes Duchacek (1990) e Soldatos (1990). Para Duchacek (1990), as atividades

paradiplomáticas tendem a ser evidenciadas com maior frequência em estruturas políticas democráticas que se regem pelo federalismo e possuem a descentralização como variável chave. Ademais, a inserção internacional dos entes subnacionais se dá em resposta ao novo formato do sistema internacional de interdependência global e regional, proporcionando uma maior aproximação (fronteiriça ou não) entre os mais diferentes atores com diferentes tipos de influência. Processo que tem resultado numa interação complexa tanto no nível doméstico como no internacional devido aos interesses que estão em jogo, o processo decisório, as instituições e a ampla gama de temáticas envolvidas. A isto, Duchacek (1990) argumenta que os sistemas federais tendem a responder melhor a este fenômeno do que os governos unitários ou, ainda, do que os autoritários. Assim como também as práticas cumulativas levam a uma melhor adaptação e menor resistência de adesão. Já Soldatos (1990) define o fenômeno como:

[E]nvolvimento de unidades federativas em assuntos externos, e a numerosa atividade internacional de vários outros atores subnacionais (regiões, comunidades urbanas, cidades) e transnacionais (por exemplo, corporações multinacionais) (Soldatos, 1990, p. 34).

Portanto, pode-se perceber já que estas definições são bastante abrangentes, e englobam não só diversas formas de atuação, mas também uma ampla gama de temas, atores e níveis de institucionalização. A literatura vem buscando restringir o conceito, ou pelo menos especificá-lo, de forma a melhor operacionalizar a compreensão do fenômeno. Enquanto alguns autores tentam expandir a definição, especialmente levando-se em consideração a instabilidade e falta de institucionalização e estruturação da prática diplomática no âmbito subnacional, como é o caso de Meza (2015), por outro lado, outros buscam mantê-las restritas a atuação de atores com poder de decisão, isto é, atores governamentais, como Gasol (2010).

Um outro autor muito utilizado nos textos aqui estudados é Cornago (1999), que irá definir paradiplomacia como:

“[...] non-central governments’ involvement in international relations through the establishment of permanent or ad hoc contacts with foreign public or private entities, with the aim to promote socioeconomic or cultural issues, as well as any other foreign dimension of their constitutional competences” (Cornago, 1999).

Com isso, o autor restringe o fenômeno da paradiplomacia a atores governamentais, ou seja, regiões, províncias ou estados e governos locais, como municípios. No caso deste artigo destaca-se a atuação internacional dos estados ou

províncias em alguns países da América do Sul e o México em vista estar em consonância com o grupo de pesquisa, que tem por objeto estados.

O presente artigo encontra-se orientado pela mesma abordagem usada no grupo de pesquisa, quais sejam, o novo institucionalismo da escolha racional. Isto implica em duas coisas que ensejam esta pesquisa. Primeiramente, a centralidade das instituições domésticas. Devido a que há uma diferença na atuação de entes subnacionais que são parte de um sistema melhor institucionalizado e outros em que há um déficit institucional que não garantem estas práticas. Segundo, é necessário fazer uma diferenciação entre atores com poder de decisão e grupos de interesse. A política externa sendo considerada uma política pública, isto é, que tem efeitos distributivos, é algo de competência dos atores com poder de decisão. É parte de um processo decisório mais complexo já que os grupos de interesse, organizações empresariais, sindicatos, empresas, organizações civis e ONGs, por exemplo, não têm poder de decisão, e sim de influenciar o processo decisório. De todo modo, a política externa, seja no âmbito nacional ou subnacional, *per se* cabe aos atores governamentais. No caso da paradiplomacia, estes atores estão no nível subnacional, regional ou local.

Outro ponto de destaque com relação ao presente artigo, é que a proposta de discussão, diferenciação conceitual e proposição de indicadores ainda se encontra em estágios iniciais e o que buscou-se realizar neste artigo foi uma releitura conceitual tendo como base a institucionalização destas atividades externas.

Entende-se que considerar toda e qualquer forma de atuação internacional por governos subnacionais como uma mesma coisa, sem levar em consideração a formalização das atividades, o aparato legal constitucional estadual e nacional, o arranjo político-administrativo em qual estão inseridas, limita os ganhos analíticos. Desta forma deixa-se em aberto estas questões, que serão usadas futuramente para a construção de um artigo que contemple e diferencie o conceito de Diplomacia federativa da paradiplomacia e que deste resultem indicadores robustos.

Como forma de demonstrar a variedade da atuação internacional dos entes subnacionais, com relação a atores, escopo e, em parte, a institucionalização, a próxima seção se dedicará a analisar o fenômeno da diplomacia no âmbito subnacional América do Sul e no México de forma panorâmica.

4 . O panorama da Diplomacia no âmbito subnacional na América do Sul e no México

Segundo Cornago (2000) as primeiras atividades paradiplomáticas se desenvolveram nos países industrializados, especificamente no hemisfério norte. Notadamente o caso canadense é o mais citado pela literatura. Já na América Latina, o fenômeno está intimamente ligado ao processo de redemocratização pelo qual passou a região, juntamente com a descentralização em diferentes *issue areas*, entre os quais se destaca a econômica, promovida nos anos subsequentes (Moreira, 2013). As mudanças no panorama econômico regional se devem ao fato de que o modelo neoliberal estava sendo amplamente difundido no continente americano. Segundo Aranda et al (2010)

[A] partir de la crisis de los años ochenta, al Estado ya no se le exige que promueva la industrialización (crecimiento hacia adentro) sino que, principalmente, que asegure el modelo económico neoliberal imperante. En ese contexto, el rol de los gobiernos nacionales cambia significativamente, tanto en el plano económico como en el político. (Aranda et al, 2010:37)

O que passou a ocorrer então foi uma mudança contextual, influenciada pelo nível sistêmico e o nível doméstico dos países aqui estudados. É importante salientar que os países latino-americanos, de forma geral, têm a característica de serem centralizadores do processo decisório devido ao seu passado de organização colonial (ARANDA et al, 2010; MEDEIROS,2008), aspecto que se estendeu ao longo dos anos e foi reforçado pelos inúmeros golpes de Estado. Isto não significa que o processo de descentralização tenha sido desconsiderado, pelo contrário, a descentralização foi cogitada e inclusive instaurada por diferentes governos. No entanto, rupturas consecutivas na ordem democrática resultaram num processo pendular de centralização e descentralização.

A partir destas características é possível arguir que os resquícios do passado colonial e autoritário explica, ao menos em parte, a resistência dos governos centrais em ceder atribuições específicas e inclusive abrir espaço à atuação internacional de seus entes subnacionais, o que gera dois efeitos principais: uma tendência ao conflito de posições entre o interesse estadual e nacional e uma deficiência institucional que garanta o pleno exercício destas atribuições. Segundo Vigevani (2004) duas forças distintas caracterizam as relações dos governos subnacionais e nacionais na América do Sul: uma força centrípeta em que o governo central ainda tenta manter o poder

sobre política externa, permitindo apenas algumas ações aos entes subnacionais; e uma força centrífuga em que estes mesmos entes tentam garantir mais autonomia para agir (Meza, 2005; Vigevani, 2004).

Retomando o tema da globalização e do avanço da interdependência, Vigevani (2006) afirma que o desenvolvimento da paradiplomacia dos entes subnacionais está relacionada às suas necessidades práticas, o que não representa uma tentativa de quebra com o monopólio da política externa pelo Estado, e sim uma tentativa de flexibilizar as relações exteriores como forma de se adequarem às novas realidades e de absorverem os benefícios da globalização (VIGEVAANI, 2006). Isto irá depender tanto de aproximação fronteiriça, fatores institucionais, como de fatores políticos e de pressão de grupos de interesse. Segundo o autor

Essa flexibilidade, num contexto de limitação da capacidade indutora do Estado nacional na América Latina – e que pareceu acentuar-se na década de 1990 –, poderia estimular novas posturas na busca de alternativas de crescimento, facilitando a instauração de projetos, buscando atrair investimentos, utilizando capacidades implantadas, particularmente as que contribuem para o desenvolvimento tecnológico e a inovação. (Vigevani, 2006:129)

A atuação dos entes subnacionais faz com que, portanto, a tradição centralizadora dos Estados não se mantenha estática e, ainda mais, não ocorre de forma igual em todos os países. Podendo ser motivadas de formas diferentes, empreendidas por diferentes atores políticos no âmbito nacional em governos diferentes e, ainda, podendo ser de caráter formal e informal. Neste sentido, a próxima seção irá analisar como ocorrem, de acordo com a literatura aqui selecionada, a inserção internacional de alguns atores subnacionais na América do Sul e México.

4.1 Mapeamento dos fenômenos na América do Sul e no México

O tipo de organização político administrativa Federal, se diferencia do tipo unitário. Segundo Lijphart (2003) o tipo federal se caracteriza pelo compartilhamento de soberania e atribuições com os atores no âmbito subnacional “divisão garantida de poder entre o governo central e os governos regionais” (LIJPHART, p. 20, 2003) enquanto o os do tipo unitário tendem a ter características mais centralizadoras. Neste sentido, os países que possuem a organização federal no escopo do artigo são, Argentina, Brasil, Venezuela e o México, enquanto os unitários são, Chile, Peru, Colômbia, Equador, Paraguai e o Uruguai. Finalmente o caso da Bolívia é tratado pela literatura como um Estado Plurinacional, com características específicas.

Frente a este conjunto de países é importante salientar que a literatura escolhida para trabalhar sobre as ações internacionais de entes subnacionais não abarca todos os países acima citados. Desta forma o mapeamento terá como base apenas os casos estudados pela bibliografia selecionada seja de forma individual ou dentro de arranjos integrativos.

Medeiros e Saraiva (2009) dissertam acerca da paradiplomacia no âmbito do MERCOSUL e aduzem que “a participação de atores subnacionais é bastante limitada”, dado o caráter intergovernamental do bloco, cuja “baixa institucionalidade limita as possibilidades de existência de mecanismos de compensação importantes para as dimensões subnacionais”. Apesar disto, o Mercosul é apontado como incentivador da participação subnacional dos países pertencentes ao bloco (Medeiros, 2008), assim como é o caso do ZICOSUR⁸ (Clemente, 2018), fora do contexto de integração regional.

Dentro deste arranjo integrativo, os autores chamam a atenção para caso da República Federativa da Argentina, cuja reforma constitucional de 1994 reformulou o marco institucional que permite e garante que as províncias celebrem tratados internacionais, sendo “autorizadas a criar regiões mais amplas conectadas para o desenvolvimento e a assinar acordos internacionais de integração sub-regional com outras províncias” (Medeiros e Saraiva, 2009) de acordo com o estabelecido nos artigos 75, 99, 124 e 126 da Constituição Argentina (Di Martino, 2009; Medeiros, 2008). Colacrai e Zubezú (2004 apud MEDEIROS e SARAIVA, 2009, p. 01) destacam o papel da redemocratização e a descentralização ocorrida no país que deu “condições para que este movimento seja posto em marcha”. Além disso, “à medida que as fronteiras [...] transformaram-se em fator de integração econômica, social e cultural, estimularam-se relações recíprocas e apresentaram-se novas necessidades institucionais” (Vigevani, 2006, p. 128).

Medeiros e Saraiva (2009) evidenciam a existência de três formas institucionalizadas de “cooperação sub-regional” na Argentina. A conformação de “regiões maiores como parte de uma integração sub-regional”, como o tratado de

⁸ “La ZICOSUR (Zona de Integración del Centro Oeste de América del Sur) es un foro de integración de carácter internacional integrado por provincias de Argentina, estados de Brasil, departamentos de Bolivia y Paraguay, regiones de Chile y Perú y Municipios de Uruguay, comprendidos en el centro oeste suramericano que han manifestado su voluntad de promover la integración regional y la vinculación virtuosa con el contexto global con el fin de propender al desarrollo sustentable de la región” (ZICOSUR, 2019).

integração regional entre Córdoba e Santa Fé, firmado em 1998, que posteriormente incluiu também Entre Ríos, é a primeira. A segunda são os Comitês de Fronteira, uma forma de reforçar a cooperação transfronteiriça, a fim de reduzir problemas como o tráfico e incentivar a cooperação em termos de infraestrutura e comunicação. Os Comitês mais desenvolvidos são aqueles que envolvem interação com províncias chilenas. A terceira forma remete à possibilidade das províncias assinarem acordos que promovam interesses econômicos e sociais. É importante ressaltar que todas essas iniciativas não podem colidir com a política exterior nacional argentina (MEDEIROS e SARAIVA, 2009, p. 01).

Em relação à república federativa do Brasil, Rodrigues (2008) realiza uma discussão acerca da necessidade de constitucionalizar as relações internacionais federativas a fim de reconhecer a legitimidade e legalidade, numa abordagem que remete ao grau de institucionalização da paradiplomacia. Rezek (2005 apud RODRIGUES, 2008, p. 01), entretanto, é mais conservador e se mostra cético em relação à capacidade de entes federativos exercerem relações internacionais. Rodrigues (2008) afirma que gera-se uma lacuna no reconhecimento da validade dos contratos firmados pelos governos subnacionais em relação à Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados (1969), vez que estes “não seriam tratados (*treaties*), mas acordos ou convênios (*agreements*), uma espécie de contrato *sui generis*”. Mas há que se ressaltar que a Convenção reconhece acordos firmados por governos subnacionais em caso de: I) mandato do governo central exercido subsidiariamente pelo governo subnacional; II) quando há aceitação do Estado estrangeiro como governo subnacional como contraparte legítima. (RODRIGUES, 2008, p. 01).

Estados federados, exatamente por admitirem sua subordinação a uma autoridade e a uma ordem jurídica centrais, não têm personalidade jurídica de Direito Internacional público, faltando-lhes, assim, capacidade para exprimir voz e vontade próprias na cena internacional (Rezek, 2005 apud RODRIGUES, 2008, p. 01).

O caso brasileiro apresenta suas peculiaridades na região, uma vez que, além de ser a única federação trina na América Latina (reconhece três entes federados: União, estados e municípios), tem na paradiplomacia uma prática recorrente no país, ainda que não haja previsão constitucional para tal. O fenômeno ocorre basicamente em temas de competência comum à União e aos estados como “saúde; patrimônio histórico, cultural e paisagístico; cultura, educação e ciência; meio ambiente; habitação; e combate à pobreza”, conforme previstos no art. 23 da Constituição

brasileira. De todo modo, a Constituição prevê, em seu Art. 52, no que tange às competências privativas do Senado Federal, em seu inciso V, a competência de "autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios". (RODRIGUES, 2008, p. 01).

Exemplos concretos de atuação estadual e municipal [...] é [a] crescente a quantidade de convênios de cooperação técnica entre municípios e Estados federados brasileiros e contrapartes estatais estrangeiras para implementar políticas públicas de proteção ambiental tendo por base tratados ou documentos internacionais - como o Protocolo de Kyoto (1997), em relação ao aquecimento global, ou a Agenda 21, em relação ao desenvolvimento sustentável. (RODRIGUES, 2008, p. 01).

Por sua vez, um caso *sui generis* na América do Sul é o Estado Plurinacional da Bolívia. O país permite por meio de sua Constituição, conforme apresenta Bernal-Meza (2016), maior autonomia às comunidades regionais e indígenas nacionais, as quais passaram a exercer práticas internacionais, demonstrando o aparecimento de atores que vão além dos tradicionais atores da paradiplomacia (províncias, regiões, estados e municípios). Assim, a Constituição boliviana permite quatro tipos de autonomia subnacional para exercer relações internacionais, ocorrendo via departamental, regional, municipal ou rural-nativo-indígena. O fato de haver previsão constitucional estabelecendo os termos da paradiplomacia boliviana evidencia um alto grau de institucionalização da prática naquele Estado e se mostra como um caso singular na região de atividade paradiplomática.

Ainda sobre o caso Boliviano, Santana e Miranda (2014) chamam a atenção para o interesse das atividades paradiplomáticas na região fronteiriça entre Chile e Bolívia, mesmo após um passado conflituoso, caso da Guerra do Pacífico. Os autores argumentam que a região fronteiriça buscou um caminho de aproximação entre as regiões de ambos os países ao qual pode ser atribuída uma diplomacia no âmbito subnacional ou regional, devido às atividades econômicas e ao desenvolvimento regional ali estabelecidas e a necessidade da Bolívia de ter uma saída ao mar. No entanto, as relações diplomáticas no âmbito nacional entre Estados, ainda não tinham este caráter de aproximação devido às relações complexas do pós Guerra. As iniciativas de aproximação regional entre ambos os países é vista pelos autores como:

“Fue en este momento histórico cuando, por un lado, agrupaciones sociales de variada índole de las provincias contiguas de Bolivia y Chile entraron en colisión

con la diplomacia tradicional o estatal y, por otro, las perspectivas de desarrollo regionales demandaron atención de las nacionales” (Santana, Miranda, 2014, p.40).

Ainda segundo as autoras cabe ressaltar que a aproximação fronteiriça entre regiões na América Latina não é um processo recente, ocorrendo historicamente mesmo que de forma não oficial, como a diplomacia indígena “Prácticas que se alejan de la actividad diplomática oficial que tradicionalmente han ejercido los Estados latinoamericanos desde su fundación. Sin embargo, siguiendo las evidencias históricas esas prácticas paradiplomáticas son anteriores o se han desarrollado de forma paralela a las diplomáticas” (Santana, Miranda, 2014, p.44).

No caso do México, Estado organizado mediante o arranjo federal, o caso de da entidade federal San Luis de Potosi chama atenção não necessariamente pelas ações paradiplomáticas empreendidas, mas evidencia como esta unidade subnacional torna-se vulnerável e leva a um conflito direto com atores internacionais graças ao processo de globalização e abertura econômica, entre eles os efeitos do acordo do NAFTA.

Segundo Herrmann (2006) o caso de San Luis Potosí é um exemplo peculiar, em vista que evidencia os efeitos sistêmicos sobre o doméstico, no âmbito subnacional. Efeitos que abordam não apenas interesses políticos e econômico mas também dependem das capacidades políticas e econômicas. “Regional international relations are mostly economic in nature, because it is in this area that regions normally enjoy the broadest autonomy, both vis-a`-vis their parent state and in the international arena” (Herrmann, 2006, p. 45).

Neste sentido quando há um engajamento, por partes dos atores subnacionais, em realizar empreitadas internacionais estes buscam criar diferentes mecanismos para que isto seja possível, entre eles é possível destacar os incentivos fiscais e reuniões com atores internacionais (do setor público ou privado), por exemplo. Herrmann (2006), no entanto, chama atenção para quando os interesses buscam ser mais duradouros, as unidades subnacionais optam por “[...] create specialized bureaucratic agencies, such as ministries or departments of international trade or even external relations” (Herrmann, 2006. p. 46) o que implicaria uma atuação coordenada e supervisionada por parte do Estado sobre as atividades internacionais das unidades subnacionais. Este segundo exemplo é parecido com o que ocorre no Brasil (Salomón, Nunes, 2007) e Chile (Aranda et al, 2010).

O autor chama atenção sobre o poder de manobra que alguns estados possuem em relação a outros no que respeita às práticas internacionais. Tendo em vista este aspecto, estes podem demandar o uso dos seus próprios meios de inserção internacional. Neste caso “Conversely, since the presence of regional international activity may pose threats to the integrity of a state’s foreign policy by creating contradictions, states have sought to constrain, co-ordinate or co-operate with their subnational units in international affairs (Herrmann, 2006. p. 47). Estas três possibilidades de reação do governo nacional são, inclusive, bons indicadores do quão evoluída é a paradiplomacia em um país.

Segundo o autor, retomando o caso de Potosí, o governo mexicano pouco fez com relação aos efeitos da globalização no âmbito subnacional. Por um lado o governo mexicano aproveitou dos resultados da globalização, especificamente dos investimentos diretos, mas por outro teve que lidar com a inexperiência das unidades subnacionais frente a este processo, o que resultou em atritos diretos entre o governo de San Luis Potosí e atores não-governamentais internacionais dos EUA e do Canadá.

Mediante a Ley de Planeación Art. 2, planejamento regional de 1985, San Luis Potosí buscou se desenvolver economicamente, ganhando autonomia no âmbito federal dando brecha a possibilidades de ações internacionais, mas estas atividades não permitiram acordos constitucionalmente garantidos segundo a Constituição Federal do México, art. 117. Ainda assim, segundo o autor, o conflito observado em San Luis Potosi exemplifica uma quebra com o monopólio da federação mexicana em atividades internacionais e acabou forçando o Estado a reagir e alterar sua política externa em resposta a desenvolvimentos e decisões no nível subnacional.

Como podemos perceber, as atividades paradiplomáticas têm motivações e objetivos variados. De acordo com Keating (2001), estes poderiam ser categorizados em político, econômico e cultural, enquanto Lecours (2008) fala que a paradiplomacia pode ser dividida de acordo com os *issues* entre as categorias econômica, política e de cooperação. Marié (2018) ao trabalhar com o conceito de paradiplomacia cultural, utilizando do caso do Rio Grande do Sul para tal, utiliza o trabalho de Pietro (2010) para dizer que há ainda a diferença entre motivações instrumentais e simbólicas. Podemos perceber com os casos aqui estudados exemplos que se encaixariam em mais de uma dessas definições, o que nos aponta para outra deficiência na área em sistematizar o fenômeno de forma adequada. Há ainda que levar em consideração

questões ambientais, por exemplo, como é o caso da inserção internacional dos estados amazônicos estudados por Moreira (2013), o que poderia ensejar uma categorização diferentes das citadas.

Portanto, pode-se perceber que seja com relação aos atores que podem ser incluídos ou não na definição de paradiplomacia, como é o caso da discussão proposta por Aranda et al (2010) na diferenciação entre atores e agentes, seja com relação ao escopo, motivação e objetivo da inserção internacional de entes subnacionais, ou com relação ao nível de institucionalização, que há uma gama muito ampla de variações de fenômenos e uma igual amplitude na tentativa de defini-los e classificá-los, o que prejudica os ganhos analíticos no estudo do tema. Por isto a proposta deste presente trabalho de uma maior clareza conceitual, com variáveis e indicadores claros para que seja possível uma melhor operacionalização do tema.

CONCLUSÃO

Chega-se à conclusão de que as ações internacionais dos atores subnacionais na América do Sul e no México têm se tornado uma prática recorrente nas últimas décadas. As ações evidenciadas no mapeamento dos fenômenos indicam que, no interior de cada país, seja este unitário ou federal, as práticas internacionais são motivadas por interesses diversificados, que vão desde a aproximação fronteiriça, identitária ou cultural até a busca por interesses políticos e econômicos.

No entanto, durante a pesquisa bibliográfica foi possível identificar que é dada ênfase à descrição dos casos em si, porém há pouca discussão conceitual, bem como uma ausência de definição de indicadores claros que sirvam para identificar o fenômeno da atividade internacional de entes subnacionais, especialmente com relação a atores, motivação, escopo e institucionalização. É possível observar uma gama de conceitos que são amplamente utilizados pela academia e instituições governamentais para definir um mesmo fenômeno. Reversamente percebe-se um agrupamento de uma grande variação de ocorrências do fenômeno, com relação aos atores envolvidos, sob qual motivação e escopo, e o grau de institucionalização no qual está inserido, sob o mesmo conceito.

Por isto, foi proposto aqui um aprofundamento da discussão conceitual, ainda que de forma embrionária, para que haja uma melhor estruturação do estudo do fenômeno. Este artigo buscou, e faz parte de uma agenda de pesquisa maior que

buscará, dar um passo adiante neste sentido, no intuito de otimizar os ganhos analíticos possíveis em pesquisas sobre o tema.

Ademais, foram encontradas dificuldades quanto à indexação QUALIS, uma vez que esta se mostrou insuficiente para classificar os artigos de acordo com apenas um critério de seleção, sendo necessário utilizar também o critério do fator de impacto do periódico. A partir disto, este trabalho coloca em evidência esta carência metodológica e busca desenvolver essa parte em artigos futuros.

Referências Bibliográficas

- ALM, Leslie R. Across borders: **International influences on domestic agenda building**. Journal of Borderlands Studies, 5:2, 21-38, 1990. DOI: 10.1080/08865655.1990.9695394
- ANASTASIA, Fátima. (Org.); DÍAS, Araceli M. (Org.); INACIO, M. (Org.); ROCHA, M. M. (Org.). **Elites Parlamentares na América Latina**. 1. ed. Belo Horizonte: Argvmentvum, 2009.
- ANASTASIA, Fátima. Capítulo 6. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. Edition: Terceira. Chapter: Federação e relações intergovernamentais. Publisher: Konrad Adenauer Stiftung; Editora Unesp. Editors: Lúcia Avelar; Antônio Octávio Cintra, 2007.
- ANASTASIA, Fátima. **Federação e Relações Intergovernamentais**. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. (Org.). Sistema Político Brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro; São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung; Unesp, 2007, v. , p. 225-241.
- ARANDA, Gilberto; OVANDO, Cristian; CORDER, Alejandro. **Experiencias paradiplomáticas en la región de Tarapacá y su proyección subregional**. Estudios Internacionales 165 (2010) - ISSN 0716-0240 • 33-74 Instituto de Estudios Internacionales - Universidad de Chile
- BARROS, Marinana Andrade e. **A atuação externa dos governos subnacionais: análise jurídica do caso brasileiro**. Dissertação - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Direito Público. Belo Horizonte: 2000.
- BERNAL- MEZA, Raúl. **Paradiplomacia y regionalismo en situación de relaciones políticas en conflicto: El caso de Chile y Bolivia**. REVISTA DE CIENCIA POLÍTICA / VOLUMEN 35 / Nº 3 / 2015 / 605 – 627
- BERNAL-MEZA, RaÚL. **Contemporary Latin American thinking on International Relations: theoretical, conceptual and methodological contributions**. Rev. Bras. Polít. Int., 59(1): e005, 2016.

BUENO, Flávia Thedim Costa. **Health surveillance and response on a regional scale: a preliminary study of the Zika virus fever case.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(7):2305-2314, 2017. DOI: 10.1590/1413-81232017227.07012017

BUSTAMANTE, Gilberto Aranda. **Human Rights, Economic Liberalism and Social Affairs in Post-Pinochet Chile.** *CONTEXTO INTERNACIONAL* Rio de Janeiro, vol. 38, no 1, January/April 2016, p. 133-163. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-8529.2016380100004>

CAFe. http://www-periodicos-capes-gov-br.ez93.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pmetabusca&mn=70&smn=78&sfx=buscaRapida&type=p&Itemid=125

CALVENTO, Mariana; ROLANDI, María Lis. **Reconfiguración de la Cooperación Sur-Sur en la región latinoamericana y la participación internacional de los actores subnacionales.** *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*. Universidad Nacional Autónoma de México. Nueva Época, Año LX, núm. 224 , mayo-agosto de 2015, pp. 315-348

CAPES. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez93.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pinstitucional&Itemid=104> Acesso em 10 de junho de 2019.

CLEMENTE, Isabel. **Paradiplomacia y relaciones transfronterizas.** Civitas, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 319-331, mayo-agosto 2018

CORNAGO, N. **Exploring the Global Dimensions of Paradiplomacy. Functional and Normative Dynamics in the Global Spreading of Subnational Involvement in International Affairs.** In: Forum of Federations. Workshop on Constitutional Units in International Affairs, Hannover, out. 2000.

CORNAGO, Noé. **Diplomacy and paradiplomacy in the redefinition of international security: Dimensions of conflict and co- operation.** *Regional & Federal Studies*, 9:1, 40-57, (1999) DOI: 10.1080/13597569908421070

DESIDÉRIO, Edilma de Jesus. **Espacio de fronteras entre instituciones participativas y migrantes en tránsito por Chiapas.** Volumen 12, número 28, mayo-agosto, 2015, pp. 91-116

DI MARTINO, Luigi Alberto. **Institutional deficit for cross- border conflict resolution: The conflict over the construction of a pulp mill near the Uruguay river.** *Journal of Borderlands Studies*, 24:3, 115-130, (2009). DOI: 10.1080/08865655.2009.9695743

DUARTE, Rubens de S.; LIMA, Maria Regina Soares de. **Politicising financial foreign policy: an analysis of Brazilian foreign policy formulation for the financial sector (2003- 2015).** *Rev. Bras. Polít. Int.*, 60(1): e005, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201600113>

GONZÁLES, Natividad; BERGESIO, Liliana; GOLOVANEVSKY, Laura. **LA FERIA BINACIONAL DE CAMÉLIDOS Y LAS INSTITUCIONES DEL DESARROLLO.** *Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología*, no. 18 (2014): 189-213. <https://doi.org/10.7440/antipoda18.2014.09>

- GRESS, Franz. Interstate Cooperation and Territorial Representation in Interstemic Politics Source: Publius, Vol. 26, No. 1, Federal Systems in the Global Economy (Winter, 1996), pp.53-71 Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/3330756>
- HAPPAERTS, Sander; VAN DEN BRANDE, Karoline; BRUYNINCKX, Hans. **Governance for Sustainable Development at the Inter-subnational Level: The Case of the Network of Regional Governments for Sustainable Development (nrg4SD)**. Regional & Federal Studies, 20:1, 127-149, (2010) DOI: 10.1080/13597560903187362
- HERRMANN, Julián Durazo. **Federalism and free trade in San Luis Potosí, Mexico**, Regional & Federal Studies, 16:1, 43-61, (2006) DOI: 10.1080/13597560500526202
- HOCKING, Brian. 1999. **“Patrolling the ‘Frontier’: Globalization, Localization and the ‘Actorness’ of Non-Central Governments.”** In Paradiplomacy in Action: The Foreign Relations of Subnational Governments, edited by Francisco Aldecoa and Michael Keating, 17–39. London and Portland: Frank Cass.
- HOCKING, Brian. **Regionalismo: uma Perspectiva das Relações Internacionais**. In: A dimensão subnacional e as relações internacionais. São Paulo: Unesp, 2004, p. 77-108.
- HUNTINGTON, Samuel P. **Political Order in Changing Societies**. New Haven and London, Yale University Press, 1973
- KEOHANE, R. O. y NYE, J.S. **Poder e interdependencia: la política mundial en transición**. Buenos Aires. Grupo Editor Latinoamericano. 1988.
- KEOHANE, Robert O.; MILNER, Helen V. **Internationalization and Domestic Politics**. Cambridge University Press 1996
- LIJPHART (2003) **Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- LIMA, Maria Regina Soares De. (2000), **"Instituições democráticas e política exterior."** Contexto Internacional. v.22, n.2, pp.265-304.
- MAIA, José Nelson Bessa; SARAIVA, José Flávio Sombra. **A paradiplomacia financeira no Brasil da República Velha, 1890–1930**. Rev. Bras. Polít. Int. 55 (1): 106-134 [2012]
- MALLMANN, Maria Izabel; CLEMENTE, Isabel **Transnacionalismo, paradiplomacia e integração regional O caso do Brasil e Uruguai**. Civitas, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 417-436, jul.-set. 2016. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2016.3.23485>
- MARIÉ, Solène. **Cultural paradiplomacy institutions and agenda: The case of Rio Grande do Sul, Brazil**. Civitas, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 351-375, May-Aug. 2018. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2018.2.28907>
- MATOS, Paulo Rogério Faustino. **Alternative funding sources’ impact on efficiency and productivity of subnational entities in Brazil after the Fiscal Responsibility Law**. BRAZILIAN JOURNAL OF PUBLIC ADMINISTRATION. Rio de Janeiro 51(4):482-508, July - Aug. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612162769>

MCELROY, Jerome L.; PARRY, Courtney E. **The longterm propensity for political affiliation in island microstates.** *Commonwealth & Comparative Politics*, 50:4, 403-421, (2012) DOI: 10.1080/14662043.2012.729727

MEDEIROS, Marcelo de Almeida **¿Necesita são paulo una política exterior? Hegemonía, diplomacia y paradiplomacia en Brasil.** *América Latina Hoy*, 56, 2010, pp. 163-186

MEDEIROS, Marcelo de Almeida. **Legitimacy, democracy, and accountability within Mercosur.** *Rev. bras. ciênc. soc.* vol.4 no.se São Paulo 2008

MEDEIROS, Marcelo de Almeida; CAVALCANTI, Henrique Sérgio; LEITÃO, Natália; PAIVA, Maria; SANTIAGO, Eduarda Rodrigo. **A QUESTÃO DA REPRESENTAÇÃO NO MERCOSUL: OS CASOS DO PARLASUL E DO FCCR.** *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 37, p. 31-57, out. 2010

MEDEIROS, Marcelo de Almeida; SARAIVA, Miriam Gomes. **OS ATORES SUBNACIONAIS NO MERCOSUL: O CASO DAS PAPELERAS.** *Lua Nova*, São Paulo, 78: 77-108, 2009

MENDES, Marcos Vinícius Isaias; FIGUEIRA, Ariane Roder. **Paradiplomacy and the International Competitiveness of Cities: the case of Rio de Janeiro.** *Rev. Bras. Polít. Int.*, 60(1): e012, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201700103>

MILNER, Helen V. 1997. **Interests, Institutions, and Information.** Princeton: Princeton University Press.

MOREIRA, Paula Gomes. **Governos Subnacionais Amazônicos: Novos Padrões de Relacionamento na Conjuntura Internacional Contemporânea.** *CONTEXTO INTERNACIONAL* Rio de Janeiro, vol. 35, no 1, janeiro/junho 2013, p. 105-137.

NETO, Ernesto Roessing. **Linking Subnational Climate Change Policies: A Commentary on the California–Acre Process.** *Transnational Environmental Law*, 4:2 (2015), pp. 425–437. doi:10.1017/S2047102515000138

ODDONE, Nahuel; VÁZQUEZ, Horacio Rodríguez; ORO, Martín J. Quiroga Barrera. **Paradiplomacia local y transfronteriza como un instrumento de gobernanza ambiental en el Mercosur y la Unión Europea: Una descripción comparada.** *Civitas*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 332-350, mayo-agosto 2018. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2018.2.29690>

ODDONE, Nahuel; VÁZQUEZ, Horacio Rodríguez. **Cross-Border Paradiplomacy in Latin America.** *Latin American Policy—Volume 6, Number 1—Pages 110–123*

PLATAFORMA

SUCUPIRA.

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>

PODESTÁ, Juan. **Globalización, mercado, modernismo: los debates latinoamericanos.** *European Review of Latin American and Caribbean Studies / Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, No. 83 (October 2007), pp. 121-132. URL: <http://www.jstor.org/stable/25676284>

- PRIETO, Noé Cornago. **O Outro Lado do Novo Regionalismo Pós-Soviético e da Ásia-Pacífico**. In: A dimensão subnacional e as relações internacionais. São Paulo: Unesp, 2004; CASTELO BRANCO, Álvaro Chagas. A paradiplomacia como forma de inserção dos entes não centrais no cenário internacional. 2006. 146f.
- RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. **Relações Internacionais Federativas no Brasil**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 4, 2008, pp. 1015 a 1034.
- RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio; MATTIOLI, Thiago. **Paradiplomacy, Security Policies and City Networks: the Case of the Mercocities Citizen Security Thematic Unit**. Contexto Internacional vol. 39(3) Sep/Dec 2017 <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-8529.2017390300006>
- SALOMÓN, Mónica; NUNES, Carmen. **A Ação Externa dos Governos Subnacionais no Brasil: Os Casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um Estudo Comparativo de Dois Tipos de Atores Mistos**. CONTEXTO INTERNACIONAL Rio de Janeiro, vol. 29, no 1, janeiro/junho 2007, p. 99-147.
- SANTANA, Cristián Ovando; MIRANDA, Sergio González. **La relación bilateral chileno-boliviana a partir de las demandas tarapaqueñas: aproximación teórica desde la paradiplomacia como heterología**. Estudios Internacionales 177 (2014) - ISSN 0716-0240 • 35-64 Instituto de Estudios Internacionales - Universidad de Chile
- SANTOS, Andre Luis Nascimento dos; CORREIA, Marcos Fábio Rezende; OLIVEIRA, Paulo Victor de. **A BAHIA E OS SEUS FLUXOS E REFLUXOS RUMO À MÍTICA MAMA ÁFRICA: um possível campo de exercício da cooperação Sul-Sul?**. Caderno CRH, Salvador, v. 29, n. 76, p. 87-100, Jan./Abr. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792016000100006>
- SETZER, Joana. **Testing the Boundaries of Subnational Diplomacy: The International Climate Action of Local and Regional Governments**. Transnational Environmental Law, 4:2 (2015), pp. 319–337. doi:10.1017/S2047102515000126
- SOLDATOS, Panayotis. **An Explanatory Framework for the Study of Federal States as Foreign-policy Actors**. In: SOLDATOS, Panayotis; MICHELMANN, Hans (Ed.). Federalism and International Relations: the Role of Subnational Units. Hans Oxford. Claredon Press, 1990.
- STREN, Richard; FRIENDLY, Abigail. **Toronto and São Paulo: Cities and International Diplomacy**. Urban Affairs Review, 1–30, 2017. DOI: 10.1177/1078087417722862
- SZARY, Anne-Laure Amilhat. **Are Borders More Easily Crossed Today? The Paradox of Contemporary Trans-Border Mobility in the Andes**, Geopolitics, 12:1, 1-18, (2007)
- VARSANYI, Monica W. **Documenting Undocumented Migrants: The Matrículas Consulares as Neoliberal Local Membership**. Geopolitics, 12:2, 299-319, (2007) DOI:10.1080/14650040601169014
- VIGEVANI, T. **El marco jurídico e institucional para la gestión internacional de los actores subnacionales gubernamentales en Brasil**. *Integración y Comercio*.

Buenos Aires, Instituto para la Integración de América Latina y el Caribe (BID-INTAL), n. 21, p. 27-46, jul./dic. 2004.

VIGEVANI, Tullo. **PROBLEMAS PARA A ATIVIDADE INTERNACIONAL DAS UNIDADES SUBNACIONAIS: Estados e municípios brasileiros.** RBCS Vol. 21 nº. 62 outubro/2006

ZABALA, Iñaki Aguirre. “**¿Qué sentido tiene hablar de paradiplomacia? Una encuesta intertextual en torno a un neologismo polisémico**”, In: Paradiplomacia: las relaciones internacionales de las regiones. ALDECOA, Francisco; KEATING Michael (orgs). Marcial Pons- Ediciones Jurídicas y Sociales, Madrid, 2000.

ZAPATA-CORTÉS, Olga Lucía. **ROL DE LA GOBERNACIÓN DE ANTIOQUIA EN LA ESTRATEGIA DE INTERNACIONALIZACIÓN DE LA CIUDAD DE MEDELLÍN, 2004-2011.** Análisis Político nº 87, Bogotá, mayo-septiembre, 2016: págs. 132-145

ZICOSUR. Integrantes. <http://zicosur.co/integrantes/>